

CONHECER PARA PRESERVAR: A IDENTIFICAÇÃO COM O MEIO COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DO MESMO

Joice Fernandes¹, Cyro Rezende de Barros Filhoⁿ

¹UNITAU/Ciências Agrárias, Estrada Municipal Dr. José Luiz Cembranelli, 5.000
Bairro do Itaim - CEP 12081-010 - TAUBATÉ - SP, joiceubt@yahoo.com.br

ⁿUNITAU/Ciências Agrárias, Estrada Municipal Dr. José Luiz Cembranelli, 5.000
Bairro do Itaim - CEP 12081-010 - TAUBATÉ - SP, profcyro@yahoo.com.br

Resumo- Este trabalho pretende refletir sobre a importância do conhecimento do meio para a preservação e valorização do mesmo. Atualmente existem movimentos preservacionistas preocupados em pensar nos problemas ambientais de forma superficial, atuando principalmente nas consequências e não nas causas. Metodologias interdisciplinares, como a Ecologia Cultural, que tem a História Oral, o Neo-Marxismo e a Percepção Ambiental como instrumentos de estudo, podem contribuir para uma análise aprofundada de problemas ambientais, focando a solução dos problemas em suas causas.

Palavras-chave: Ecologia Cultural; História Regional; Ubatuba-SP; Percepção Ambiental

Área do Conhecimento:

Introdução

Este trabalho pretende refletir sobre a importância do conhecimento do meio para a preservação e valorização do mesmo. Atualmente existem movimentos preservacionistas preocupados em pensar nos problemas ambientais de forma superficial, atuando principalmente nas consequências e não nas causas. Exemplo dessa situação são os inúmeros projetos que focam a reciclagem como maior instrumento para o desenvolvimento sustentável. Porém, antes da reciclagem deve se pensar na redução do consumo, o que implica em rever os valores da sociedade atual.

De forma geral, convive-se hoje com a busca pelo conforto e pela praticidade, tendo com grande objetivo o aumento do poder aquisitivo, que tem sido relacionado à satisfação pessoal, coletiva e até à felicidade.

Essas transformações nos valores individuais e coletivos podem ser melhor percebidas em Populações Tradicionais, tendo em vista que estas estão inseridas em um ambiente limitado com características alheias aos interesses urbanos e industriais do capitalismo globalizante.

Metodologia

As transformações nos valores culturais, portanto nos valores coletivos, são também responsabilidade da relação homem/meio. Para tal reflexão, este trabalho defende a metodologia da Ecologia Cultural, que, de acordo com Diegues (2004) tem como foco *“realizar minuciosas descrições etnográficas e a análise dos*

sistemas de produção constituídos por indivíduos que ocupam um determinado habitat no meio ambiente e suas escolhas adaptativas” (Diegues, 2004, p. 67). A Ecologia Cultural tem a História Oral, o Neo-Marxismo e a Percepção Ambiental, entre outras vertentes também interdisciplinares, como métodos de estudo. Tal interdisciplinaridade pode contribuir para uma análise aprofundada de problemas ambientais, focando a solução dos problemas em suas causas.

A História Oral pode ser tratada como método e como técnica. Ao ser tratada como método, o objeto do estudo deve ser a entrevista ou as entrevistas. Porém como técnica, a História Oral pode ser trabalhada adjacente a outras metodologias, como um recurso a mais: *“[...] Usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso extra. [...]”* (Sebe Bom Meihy., 1996, p. 20). Neste trabalho como técnica, a História Oral permite que o cotidiano de Populações Tradicionais, sem registros escritos, possa ser analisado em profundidade, concordando com os protagonistas do processo histórico.

Os estudos Neo-Marxistas, defendidos por Diegues (2004), também colaboram com esse tipo de reflexão por analisarem o modo-de-produção. Desvalorizado por alguns acadêmicos, principalmente pelos historiadores da Escola dos Annales (Burke, 1997), o modo-de-produção é uma eficiente ferramenta para pesquisas que analisam processos históricos, pois com sua objetividade refletem práticas das comunidades analisadas.

Finalmente a Percepção Ambiental é o estudo da relação entre o sujeito e o meio em que aquele está inserido. Especificamente, a forma como o sujeito percebe este meio, e a forma como ele se percebe no meio, individual e coletivamente. De forma geral, mas não unânime, são estudos interdisciplinares, pois têm como principal objetivo analisar e explicitar a relação citada valorizando a experiência do sujeito em diferentes situações e sob diferentes aspectos.

Resultados

No Vale do Rio Paraíba, interior do Estado de São Paulo, existem claras representações de Populações Tradicionais, desde comunidades de quilombolas e indígenas, até os caipiras e os caiçaras, estes definidos por alguns autores como o caipira do litoral (Marcílio, 1986, pp. 26-27). E essas comunidades passaram e têm passado por inúmeras transformações em seu cotidiano, principalmente devido ao contato com culturas urbanas e industriais, que se intensificou a partir das décadas de 1950 e 1960. De acordo com Diegues (2004), “as populações e culturas tradicionais se acham hoje transformadas em maior ou menor grau.” (Diegues, 2004, p. 82) e argumentando que as culturas não são estáticas e têm capacidade de assimilar elementos culturais externos sem uma mudança radical de seus padrões culturais básicos (Diegues, 2004, p. 83).

Tais Populações Tradicionais se relacionam com o meio em que estão de forma a valorizar este meio como forma de subsistência, fazendo o manejo dos recursos naturais sem visar o lucro direto e sim sua reprodução social e cultural (Diegues, 2004, p. 72). “Para as sociedades tradicionais camponesas, o território tem dimensões mais definidas, apesar da agricultura itinerante, através do pousio, demarcar amplas áreas de uso, sem limites muito definidos.[...]” (Diegues, 2004, p. 74). Ainda citando este autor, nestas comunidades o modo-de-produção mercantil sempre co-existiu com outros modos-de-produção, como o escravocrata, feudal e o capitalista, porque tem como base uma relação intensa entre o seu caráter social e ecológico.

Porém, cabe ressaltar que muitas populações tradicionais optam por abandonar tal modo-de-produção voluntariamente ao conhecerem outros sistemas nem sempre de subsistência. É interessante destacar que a cultura, independente da população, é algo - voluntariamente ou não - dinâmico. Logo, a permanência desse mercantilismo é finita diante desse dinamismo. Tendo em vista que o capitalismo aliado aos instrumentos de globalização conquista cada vez

mais território, inclusive no âmbito cultural, e não só no econômico.

Discussão

De acordo com Tuan (1983), há duas formas do ser humano perceber o meio em que está ou o meio pelo qual passa: como espaço, e como lugar. O espaço seria o primeiro contato com o meio, a visualização de um território, sem significado, pelo qual passamos com pouca ou nenhuma percepção. Como afirma Oliveira (2007), “O espaço são porções de ambientes terrestres passíveis de serem transformados em lugar mediante o trabalho do homem em relação ao uso, ocupação e significação social [...]” (Ibid., 2007, p. 13).

O lugar seria a percepção do espaço, a identificação com um meio ou um território. De acordo com Tuan (1983), “O lugar pode ser definido de diversas maneiras. Dentre elas, esta: lugar é qualquer objeto estável que capta nossa atenção. [...]” (Ibid., 1983, p. 179). Sendo assim, qualquer espaço pode se tornar um lugar, “Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar. [...]” (Ibid., 1983, p. 83).

Tuan (1983) afirma que o elo afetivo entre a pessoa e o lugar pode ser chamado de Topofilia. Este termo tem sido adotado pelos estudiosos de Percepção Ambiental, no sentido de valorizar o caráter subjetivo da relação homem/meio. Tal caráter subjetivo é a representação da identidade, tanto do sujeito quanto da coletividade. A forma como o sujeito ou a coletividade lidam com o meio em que estão é consequência da sua identificação com este meio, logo, consequência da sua identidade.

Mas o processo de identificação, assim como a memória, é vulnerável a manipulações, pois está vinculado à construção de imagens. E a memória, suporte fundamental da identidade, é o mecanismo responsável por dar lógica e inteligibilidade aos aspectos considerados formadores de determinada realidade.

Pode-se dizer, então, que as características de um grupo de pessoas pertencentes a um mesmo meio social concedem ao indivíduo, membro deste grupo, uma identidade cultural, algo que o torna parte, ou melhor, par, um igual. Essa identidade cultural se mostra de diferentes formas, dentre elas através de símbolos que representem idéias em comum.

Antes de tratar dos símbolos e de sua atuação na identidade e na memória coletiva de um grupo, é necessário refletir sobre o termo representação. Re-apresentar algo implica em apresentar novamente algo que já foi ou não percebido.

De acordo com Ferrara (1996), “Toda representação se faz através de signos. Um signo

é aquela que representa algo para alguém; supõe, portanto, um objeto que é representado e um receptor a quem se dirige a representação.” (Ibid., 1996, p. 62). Sendo assim, aquilo que se representa é selecionado de acordo com a subjetividade do receptor, voluntariamente ou não. Esta seleção também está relacionada à memória coletiva, pois os valores e ideologias apreendidos do grupo é que poderão determinar a relevância da representação, conseqüentemente, do símbolo, sua concretização. O significado deve ser analisado e levado em consideração, mas não de forma unânime, podendo representar parcialmente um grupo ou um posicionamento do grupo, e não o grupo em si, ou seu posicionamento homogêneo, pois este é complexo e em alguns casos inexistente ao se tratar grupamentos humanos.

De certa forma, a própria história se torna um destes símbolos, pois centraliza fatos e acontecimentos do grupo e não do indivíduo. Ao ver suas memórias materializadas e componentes de estudos históricos, os membros deste grupo têm sua identidade fortalecida. Na obra de Banducci & Marretto (2001), é citado o exemplo da cidade de Ouro Preto, na qual os moradores “[...] reconhecem a prática preservacionista, mas não se julgam alvo dela. [...] ao mesmo tempo em que vêem os bens como algo voltado aos turistas, também reivindicam o reconhecimento desse acervo como parte de sua identidade.” (Ibid., 2001, pp. 80-81).

Percebe-se que é importante para o fortalecimento da identidade de um grupo, o reconhecimento e materialização de suas práticas, ou seja, de sua cultura, mesmo que esta seja passível de alterações enquanto parte de um processo histórico. Bosi (1987) afirma que não existe uma cultura brasileira homogênea, mas várias culturas, diante das quais os indivíduos podem interagir sem perder suas próprias características. Diante de novos acontecimentos, o indivíduo só irá filtrar aquilo que parece ligado às características do seu meio social, o que não o caracteriza como ser passivo ou estático, mas como pertencente a um período de tempo cíclico dentro de sua própria cultura popular, à medida que os novos acontecimentos são relacionados com fatos passados e adaptados às práticas exercidas desde longo.

Em comunidades pequenas, as práticas levam à re-construção da memória daquele grupo e, atualmente, essas práticas têm sido alvo de empreendimentos capitalistas, como o turismo. Este, de acordo com Banducci & Marretto (2001), compõe um fenômeno social, que contribui, principalmente através da migração, para pluralização das culturas, o que diminui a distância entre diferentes meios sociais.

O problema é que ao serem encenadas para o turista, as características locais de uma comunidade perdem sua estrutura original: se antes pretendiam apenas suprir necessidades locais do dia-a-dia, agora têm como objetivo acarretar lucros, por isso transformam-se no que “quer ser visto”. Exemplo dessa desestruturação são comunidades pesqueiras que restringem seu espaço de sociabilidade entre os membros da comunidade para abrigar refúgios de veranistas.

Além disso, características locais, antes superficiais para os moradores, tornam-se espetáculos, e a re-construção da memória, na maioria das vezes, baseia-se no mercado turístico e não na cultura popular local: “[...] de conjuntos arquitetônicos a um utensílio qualquer, tudo pode ser tratado turisticamente, como elemento de algo representado, encenado para turista ver, produzindo assim a materialização do ‘pseudo-evento/realidade’.” (Ibid., 2001, pp. 57-58).

De acordo com Bosi (1987), a indústria cultural, percebida principalmente em empreendimentos turísticos, lida com as práticas como espetáculos, como algo externo não produzido internamente mas industrializado. “[...] a festa, exibida, mas não partilhada, torna-se espetáculo. [...]” (Ibid., 1987, p. 11).

Pode ser citada como exemplo uma família de caiçaras de Ubatuba, Litoral Norte do Estado de São Paulo, citada no trabalho de Fernandes (2007) sob a técnica da História Oral. O senhor Leontino Nunes de Barros, 85 anos, foi entrevistado por Fernandes (2007) e teve sua entrevista transcrita e registrada naquele trabalho. Leontino morou no bairro do Ubatumirim, região Norte da cidade de Ubatuba, até a década de 1960, quando se mudou com a família para o centro da cidade, em busca de infra-estrutura para os filhos. Nesse período os filhos ainda eram crianças, e o senhor Leontino trabalhava com agricultura de subsistência e tinha a pesca como um complemento da renda. Posteriormente, quando da migração para o centro da cidade durante a década de 1960, se instalou com a família na Ilha dos Pescadores, localizada no centro da cidade de Ubatuba, e a pesca passou a ser a principal fonte de renda. Há aproximadamente quinze anos, devido à impossibilidade física de continuar pescando, o senhor Leontino, transformou um dos quartos da casa na Ilha dos Pescadores em um pequeno comércio, no qual trabalha atualmente. Em seu depoimento, afirma que muitas das festas que aconteciam nos bairros distantes da cidade, por volta da década de 1950 e 1960, faziam parte de um cotidiano simples, basicamente de subsistência, porém com algumas características mercantilistas a despontar. Dentre estas festas estavam principalmente, mas não só, as

religiosas, que aconteciam nos bairros mesmo. Sr. Leontino, ao ser indagado sobre esse assunto afirma com intrepidez: *“Eu não perdia um baile. Quando chovia, não tinha guarda-chuva ... num podia sabê de festa que eu ia, botava minha roupa na lata e ia pra festa. Chegava na casa da festa trocava de roupa deixava a molhada na lata e entrava na festa (risos) até amanhecer o dia, eu não perdia um baile.”* (Fernandes, 2007, APÊNDICE C, 04/10/2006). A filha de Sr. Leontino, Sebastiana Nunes de Barros, 54 anos, também entrevistada no trabalho de Fernandes (2007), lembra de festas organizadas na casa do pai. Tiana, como prefere ser chamada, conta que seus familiares eram realmente festeiros e até doaram terrenos para este fim: *“Então, lá onde a gente morava tinha uma capela, [...] o meu avô que deu, que doou o terreno pra fazer essa capela. [...] E ali tinha, todo ano ali, os meus ... o meu avô gostava, meu pai também adorava fazer festas ali, festa religiosa. Então era assim, quando era a época do Divino, tinha folia do Divino e ia pra lá pra roça cantar de casa em casa, ficava hospedado em casa. E daí eles faziam na capela, assim durante a semana, né, a Festa do Divino. Aí tinha a Novena, fazia a ... esses negócios de leilão, assim, arrecadava prenda ... na época de São Pedro também, eles faziam festa de São Pedro, daí ele convidava as pessoas né, do bairro, do sertão do Ubatimirim, [...] E daí as pessoas vinham pra festa, e era a ... a única coisa que tinha era isso, essas festas religiosas, né, Festa do Divino, que era a Folia do Divino Espírito Santo e a ... essa Festa de São Pedro que tinha ali, quando o meu pai morava lá ele gostava de fazer essa festa.”* [...] (Fernandes, 2007, APÊNDICE A, 03/10/2006).

Outras festas aconteciam no centro da cidade e as pessoas saíam dos bairros distantes, dormiam em pousadas e hotéis bem humildes para participar dessas festas, pois elas representavam a relação entre esses caixaras e o seu meio, a sua coletividade.

Para Amado & Ferreira (1996), o que ajuda os indivíduos membros de um mesmo grupo a reconhecer e valorizar experiências silenciadas é a exploração coletiva de histórias de vida em projetos participativos. O mesmo posicionamento tem Upiano Bezerra de Menezes (1987) ao mencionar que a consciência histórica desenvolvida por determinado grupo não é apenas descrever suas lembranças em um passado estático, informando-se sobre acontecimentos idos, mas perceber o universo social como um processo histórico, em constante transformação.

Como já foi mencionado, ao perceber-se dentro desse processo histórico, o meio social desenvolve práticas e representações que expressam idéias em comum. Dentre essas

práticas e representações destacam-se as festas populares.

Conclusão

Pode-se finalmente considerar que a experiência de uma pessoa, ou de um grupo, atribui significados e conseqüentemente símbolos, a um espaço. Ou seja, a intensidade do relacionamento com o espaço pode ser percebida através de sua relação com o tempo, e transformá-lo em um lugar. A prática conseqüente dessa relação homem/meio, como elemento cultural, é algo ativo e não passivo, uma ação e uma atitude tomadas por um grupo ou por um indivíduo, cujo objetivo é estabelecer uma comunicação com o meio, com a coletividade, consigo mesmo, e até com o sobrenatural. Comunicação que se torna eficaz com as representações materializadas em práticas e símbolos, por exemplo, as festas populares.

A valorização e o cuidado para com o meio, a relação homem/meio e a práticas conseqüentes dessa relação, podem se tornar possíveis quando há uma identificação com este meio, com essa relação, com essas práticas. Daí a importância do profissional de História - pois a identificação acontece a partir de vínculos criados com o passado.

Referências

- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. coords. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BANDUCCI, Alvaro Jr. MARRETTO, Margarita (Orgs.). Turismo e identidade local – uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001. – (Coleção Turismo)
- BEZERRA DE MENEZES, U. Identidade Cultural e arqueologia. In: Cultura Brasileira – Temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.
- BOSI, Alfredo. org. Cultura Brasileira – Temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.
- BURKE, Peter. A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- DIEGUES, Antônio Carlos. As Populações Tradicionais: Conflitos e Ambigüidades. In: O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: NUPAUB, USP. 5ª ed., p. 66-88, 2004.

- FERNANDES, Joice. Memória Caiçara: impressões da Ubatuba de 1960. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Departamento de Ciências Sociais e Letras, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2007.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. As cidades ilegíveis – Percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, Vicente, OLIVEIRA, Livia. Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Paulo, 1996.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. Caiçara: terra e população – estudos da demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas e CEDHAL, 1986.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Mata Atlântica, paleoterritórios e história ambiental. *Ambient. soc.*, Dez 2007, vol.10, no.2, p.11-23. ISSN 1414-753X
- TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.